

# Compulsório pode pagar a conta da anistia a micros



Caiado apresenta "Cruzadinho", símbolo da UDR para a penúria

O Governo anunciou ontem à noite a intenção de adiar, por oito ou 10 dias, a votação marcada para hoje à tarde na Constituinte das propostas que anistiam dívidas dos microempresários. Se a anistia for aprovada, poderá recorrer até mesmo ao empréstimo compulsório, revelou, durante cadeia nacional de rádio e televisão, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. O custo da anistia, avisou o ministro no programa, «será forçosamente pago pela sociedade como um todo».

Para pagar a conta, as alternativas, de acordo com Mailson da Nóbrega, são quatro: «Nós vamos ter que ou aumentar impostos, ou aumentar a dívida do Governo, ou emitir dinheiro, e, até mesmo, fazer empréstimos compulsórios». As consequências, advertiu o ministro, serão a «desordem na economia», e, mais tarde, a hiperinflação, onde «os trabalhadores serão os mais atingidos».

### Reuniões

Mailson gravou o programa em meio à série de reuniões de que participou o dia inteiro, no Palácio do Planalto, com o presidente José Sarney, para discutir os efeitos da anistia aos empréstimos tomados durante o Plano Cruzado pelos pequenos empresários e produtores rurais. Na última delas, que só terminou às 21h30, o Governo decidiu tentar adiar a votação da anistia no mínimo por oito dias.

Quem vai tentar a manobra do adiamento é o líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PM-DB-BA), que também esteve no Planalto. Uma das idéias debatidas pelo presidente Sarney com ministros (Mailson e João Batista de

Abreu, do Planejamento) e líderes parlamentares (Sant'Anna, Saldanha Derzi e José Lourenço) era mandar ao Congresso uma mensagem com um decreto-lei que facilitasse o refinanciamento das dívidas dos pequenos empresários.

A idéia foi descartada, sob o argumento de que representaria uma decisão solitária do Presidente, sem que envolvesse uma negociação direta na Constituinte. No próprio Ministério da Fazenda, havia divisão entre o que fazer: alguns defendiam o confronto, apostando na derrota da «tese demagógica»; outros temiam o mal pior, e o melhor seria negociar uma forma de atenuar as perdas.

### Bancos

Durante os 15 minutos em que ocupou a cadeia nacional de rádio e TV, Mailson — que adiou a viagem que faria hoje ao Canadá — afirmou que é ilusório pensar que os bancos é que pagarão a conta da anistia. Num recado direto aos constituintes, atacou: «Alguns estão convencidos de que pela via constitucional poderão cobrar dos bancos particulares uma participação nos prejuízos dos pequenos e médios empresários». Esse argumento, disse, «não tem validade». «Mais de 80% dos créditos são de responsabilidade dos bancos oficiais» — e lembrou: «São recursos dos contribuintes».

Reprodução de TV



Na TV, Mailson alertou para os riscos da aprovação da anistia

## Próxima safra deve custar Cz\$ 823 bi

O financiamento da próxima safra agrícola custará ao Governo 615 milhões de OTNs (o equivalente a Cz\$ 823 bilhões). Durante a tarde de ontem técnicos dos ministérios da Fazenda, Planejamento, Agricultura e dos Bancos do Brasil e Central estiveram reunidos discutindo o ajuste do valor dos recursos para o crédito da safra do biênio 1988/89 e definindo as fontes captadoras de recursos. O orçamento da STN para o custeio da safra foi definido em 354 milhões de OTNs e há uma expectativa de captação de mais 250 milhões de OTNs nos bancos privados para serem aplicados no setor.

As informações foram transmitidas pelo diretor de Planejamento da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), Célio Porto. Ele disse que está sendo cogitada a possibilidade de ser feita uma equalização das taxas de juros da caderneta de poupança rural na ordem de 6% para o repasse do dinheiro captado ao setor agrícola, complementando o volume de recursos a ser investido na agricultura. Conforme Célio Porto «esta é uma forma mais inteligente e mais barata de subsidiar o setor, embora haja dificuldades na hora de ser feita a fiscalização».

O Valor Básico de Custeio (VBC) deverá ser definido quarta-feira que vem, quando o ministro da Agricultura, Iris Rezende, se reunirá com sua equipe para definir as principais diretrizes da política agrícola da safra do biênio 1988/89. Ainda há divergências nos valores estudados pelo governo e os propostos pela Frente Ampla do Setor Agropecuario, que reúne os produtores agrícolas. O principal ponto de desentendimento é sobre o preço dos insumos. Segundo Célio Porto, nesta área atuam muitos oligopólios que especulam os preços e, por isso, o Governo não está disposto a avaliar o valor total destes produtos, procurando estabelecer o VBC dentro da média dos preços praticados para os insumos agrícolas.

## Para procurador, cobrança é legal

O procurador-geral da Fazenda Nacional, Cid Heráclito de Queiroz (foto), disse ontem ao *Jornal de Brasília* que é imprudente o parecer elaborado pelo ex-diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil, Antônio Alves da Silva, que prega a ilegalidade da cobrança da correção monetária para os créditos rurais, com base no decreto-lei 70, de 20 de novembro de 1966.

De acordo com o procurador, a correção monetária está preservada por meio de diversas leis, como a 5.670, de 2 de julho de 1971. Ela estabelece a correção às quantias havidas em qualquer decisão judicial. «Esta forma, se os bancos credores entrassem em juízo poderiam cobrar a correção monetária com base nesta lei», justificou.

Outras leis citadas por Cid Heráclito, e que segundo ele garantem a aplicação da correção monetária sobre os negócios em geral, são 6.899 de 8 de abril de 1981 e a 6.423 de 17 de junho de 1967. Quanto ao Decreto-lei 70, citado pelo ex-diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil, o procurador ressalta que ele «é mal redigido», mas mesmo assim, regula operações de empréstimo dentro do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), através das sociedades de poupança e empréstimo. «Este decreto exclui hipoteca sobre as operações de crédito rural, mas não estabelece que estas operações estejam livres de correção monetária», complementa.

### Justiça

Já o presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), deputado Aylson Paulinelli (PFL-MG), é de opinião de que o parecer elaborado por Antônio Alves da Silva é bem fundamentado e que por este motivo, a Justiça — principalmente em Minas Gerais — tem dado ganho de causa a agricultores que invocaram este dispositivo.

Paulinelli, disse que foi o principal «estimulador» de sua tese a qual prega a ilegalidade da correção monetária para o crédito rural. Ressalta que a grande maioria dos produtores rurais «irão para o atoleiro», pois com uma inflação próxima dos 20% ao mês não se consegue corrigir os preços. Segundo ele os dois únicos setores que ainda estão conseguindo corrigir seus preços são os de soja e laranja. O setor de soja está obtendo boas expectativas principalmente em função da forte seca que atinge as regiões produtoras dos Estados Unidos. «Mas não se pode, desde já, contar com o ovo na galinha. Caso volte a chover nos Estados Unidos nossos produtores poderão ficar em situação difícil», lembrou.

## UDR traz até um burro para dar força ao lobby

Um grupo de produtores rurais filiados à UDR, juntamente com pequenos e microempresários, promoveu ontem à tarde, uma manifestação no gramado em frente à rampa do Congresso Nacional, visando sensibilizar os constituintes pela aprovação da emenda do senador Mansueto de Lavor, que concede anistia da correção monetária sobre os empréstimos contraiados durante o Plano Cruzado.

Portando faixas e cartazes, acompanhados por dois carros de som, os produtores rurais apresentaram ao público e à imprensa o burro «Cruzadinho», o símbolo da UDR para a situação de inadimplência em que vive a maioria dos agricultores brasileiros após o Plano Cruzado. «Ele (o burro) é o retrato da situação de penúria em que vive hoje o homem do campo», disse o líder máximo da UDR, Ronaldo Caiado.

### Caravanas

Hoje, quando os organizadores da manifestação esperam a votação da emenda, eles aguardam o comparecimento de mais de cinco mil pequenos e médios produtores de todo o País, para engrossar as fileiras dos descontentes. Segundo o presidente da UDR local, Vasco Rodrigues da Cunha, são aguardadas caravanas de pequenos produtores de todas as partes do

Brasil. Até ontem haviam chegado caravanas de São Paulo, Paraná, Rondônia, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul, Goiás e região geoeconômica do Distrito Federal.

Na opinião do presidente licenciado da UDR, Ronaldo Caiado, «a cobrança da correção monetária sobre os empréstimos agrícolas é ilegal uma vez que a Lei 4.829, de 1985, exclui dos empréstimos agrícolas a cobrança dessa taxa».

### Patrocínio

Em tom jocos, a maioria das faixas exibidas pelos membros da UDR procurava mostrar o absurdo da cobrança da correção monetária sobre os empréstimos agrícolas. Entre elas, se destacavam: «Conceição, você chorou na televisão. Agora, estamos chorando na rampa». «Sou burro mas não sou tecnocrata, não inventei o Plano Cruzado».

De acordo com o presidente em exercício da UDR, Roosevelt Roque dos Santos, a vinda das caravanas de produtores rurais a Brasília foi patrocinada pela representação da entidade em cada Estado. «Alguns se cotizaram entre si para custear as despesas», afirmou. A maioria dos agricultores está acampada sob a lona de um grande circo, montada no Parque da Cidade, próximo do local onde será realizada a Festa dos Estados.

## Mascote de Cz\$ 1 milhão

«Cruzadinho», o burro que hoje serve de mascote às manifestações da UDR, é o exemplo fiel da situação dos pequenos e médios produtores rurais que contrairam empréstimo bancário no período do Plano Cruzado e hoje não conseguem pagar suas dívidas acrescidas de juros e correção monetária.

Propriedade do agricultor Celso Aparecido de Moraes, da cidade de Pirajú, São Paulo, o burrico foi adquirido por Cz\$ 37 mil, em novembro de 1986, para

ser usado na aração de suas lavouras.

Desde então, Celso vem trabalhando para pagar o empréstimo que tomou no Banespa, para a compra do animal. «Já vendi 10 vacas e só paguei Cz\$ 200 mil da dívida, que hoje já supera Cz\$ 1 milhão», diz contrafeito o produtor rural. Segundo o agricultor, o burrinho hoje vale Cz\$ 80 mil. O transporte de «Cruzadinho», de Pirajú, que fica na divisa de São Paulo com o Paraná, foi feito pela UDR da cidade.

## Governo tenta desmobilizar

O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, circulava ontem pelos corredores do Congresso Nacional, mas não para lutar contra a reforma agrária. Ele e o presidente da Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresas (Conampe), Pedro Cascaes Filho, trouxeram a Brasília aproximadamente 10 mil filiados para tentar convencer os constituintes a votarem e aprovarem hoje, a emenda que retira a correção monetária dos débitos feitos por micro e pequenos empresários e pequenos e médios produtores rurais durante o Plano Cruzado.

«É um casuismo jogar a votação para o fim das Disposições Transitórias. É o mesmo que jogar água fria na fervera», afirmou Caiado. O adiamento da votação nada mais é do que uma tentativa de desmobilização das duas categorias, na sua opinião. O presidente da Conampe dava declarações na mesma linha: «O Governo está tentando colocar a opinião pública contra nós».

### Resistência

O adiamento da votação, segundo Ronaldo Caiado, poderá levar de volta às suas regiões, os 5 mil produtores rurais que afirmam estar chegando a Brasília. Do lado dos micro e pequenos empresários, a intenção é de resistir. «Mesmo com o possível adiamento, vamos ficar até a data de votação. E tem mais: a cada dia que passa, mais gente estará chegando em Brasília. Se o

## Cálculo do custo chega a Cz\$ 750 bi

O líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, divulgou ontem os números que recebeu dos técnicos do Ministério da Fazenda, do Banco Central e do Banco do Brasil relativos ao montante da anistia aos pequenos e microempresários que resultaria da aprovação da fusão das emendas do senador Mansueto de Lavor e dos deputados Humberto Souto e Ziza Valadares. São no total Cz\$ 750 bilhões 332 milhões até 30 de junho, mas que deverão triplicar porque a medida só entraria em vigor depois de promulgada a nova Carta e com 180 dias para liquidação.

Sant'Anna contou que esteve com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, tentando acertar que a emenda da anistia ficasse para o final da votação das disposições transitórias, uma vez que acha que essa é uma emenda aditiva. Mas Ulysses ouviu os autores a respeito e eles foram unânimes em recusar o adiamento da votação, como também, só admitem conversar com o Governo para melhorar a redação e os aspectos técnicos do texto.

### Entendimento

Os autores alegam que existe uma grande mobilização de micros e pequenos empresários, bem como de pequenos e médios produtores rurais para assistir a votação da emenda, hoje, e não vão

## Fórum informal é contra aprovação

São Paulo — Os empresários que fazem parte do Fórum Informal são contra a anistia das dívidas das microempresas da forma proposta pelos constituintes. A afirmação é do presidente da Associação Comercial de São Paulo, Romeu Trussardi, ao falar em nome dos participantes.

Segundo Trussardi, o Executivo deveria tomar a iniciativa de atender aos casos que ficaram pendentes e que não ficaram em condições de saldar suas dívidas. Isto, no entanto, deve ser feito dentro de um estudo mais específico e detalhado. O presidente da Associação Comercial disse entender que da forma como está sendo proposto o perdão, certamente surgirão problemas conceituais, em que os empresários são contra, já que iria ferir contratos já definidos. Além disto, acrescentou Trussardi, a anistia poderá acarretar sérios problemas à economia brasileira e que poderia se reverter contra a própria categoria que seria beneficiada no momento. Outra questão discutida, no fórum foi a extinção dos títulos ao portador que trará confusões e distorções para a economia como um todo, observou Trussardi.

Na próxima reunião, que deverá acontecer já nesta semana, os empresários irão debater temas relativos ao trabalhador, como horas extras, hora de trabalho e fundo de garantia, pontos já aprovados pela Assembleia Nacional Constituinte e com os quais eles não concordam.

Arquivo/4-5-87



Trussardi pede estudo individual

concordar em desarticular isso, que, segundo Carlos Sant'Anna, seria uma forma de esvaziar o assunto e buscar um entendimento. Ou, ainda, dar tempo para que o Governo busque outra solução.

Sant'Anna contou também que, se os autores discordam da sua sugestão, ele conta agora com o apoio dos líderes partidários para o adiamento. Por isso, vai fazer a questão de ordem hoje.

Se o presidente Ulysses não acatar, colocando a emenda em votação, encaminhará contra no

pleno, mostrando que a anistia representará um custo severo aos cofres do Tesouro.

As divergências sobre os números permanece. O senador Mansueto de Lavor, após conhecer os dados oficiais dos custos, assinalou que os dez bilhões de dólares foram reduzidos à metade, com os Cz\$ 750 bilhões 332 milhões. Ele acha possível até diminuir a abrangência da medida, incluindo algumas exigências dos governistas. Só não admite manobras para adiar a votação.

Josemar Gonçalves



Mansueto, Ziza e Souto, autores da emenda, vão até Ulysses

### Os números oficiais

QUEM DEVE	QUANTO DEVE
Microempresa	121.328
Pequena empresa comercial	191.347
Pequena empresa industrial	174.490
Miniprodutor rural	49.948
Pequeno produtor rural	93.088
Médio produtor rural	120.131
<b>TOTAL</b>	<b>750.332</b>

Obs: • Valores em milhões de cruzados  
• Cálculo do custo da anistia em 30 de junho deste ano  
• Pequena empresa comercial: faturamento anual de até 25 mil OTNs  
• Pequena empresa industrial: faturamento anual de até 50 mil OTNs

## Produtor deseja banco rural

«Nós podemos dirigir os nossos empréstimos a nível nacional para um banco só. Mas isto vai causar sérios transtornos aos outros bancos». A advertência foi feita ontem de manhã, no programa «Bom Dia, Brasil», da TV Globo, pelo presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, ao ser indagado se temia o fim dos empréstimos rurais pelo sistema financeiro, caso seja aprovada, na Constituinte, a anistia da correção monetária nos empréstimos concedidos, durante o Plano Cruzado, para micro, pequenos e médios empresários e produtores rurais. Caiado disse que o setor rural pode ser auto-suficiente em termos de crédito, se lhe for concedida uma carta-patente para abrir o seu próprio banco.

O presidente da UDR aproveitou sua participação do programa para conchamar os produtores rurais a não pagarem a correção monetária que lhes seja cobrada por tais empréstimos. «É uma conta indevida que nos está sendo cobrada, e nós não vamos pagar, porque estamos cansados e não sabemos para onde vai todo este dinheiro», afirmou. Ele também foi incisivo ao dizer que não será a sociedade (o contribuinte de impostos) que vai pagar a conta da anistia. Mas não disse quem o fará.

Ao contestar a cobrança da correção monetária dos empréstimos rurais contraiados durante o Plano Cruzado, Caiado recorreu a parecer de um ex-diretor de Crédito

Rural do Banco do Brasil, Antônio Alves da Silva, segundo o qual o crédito rural está isento de correção monetária. Ao sustentar esta tese, invocou o decreto-lei 70, de 20 de novembro de 1966, por seu turno contestado tanto pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, quanto pelo procurador-geral da Fazenda Nacional, Cid Heráclito Queiroz.

Caiado contestou, com veemência, o argumento de técnicos do governo, segundo os quais os produtores rurais estão querendo «almoço de graça». Para Caiado, na verdade trata-se de um banquete, para o qual o produtor rural não foi convidado. Só é convidado, agora, a pagar a conta do banquete. Disse que, nos dois últimos anos, foram retirados da agricultura, entre outros, quase US\$ 25 bilhões com o problema da correção monetária e US\$ 8 bilhões com o confisco para saber onde foi parar este dinheiro.

Finalmente, Caiado reclamou contra o fato de o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, alertar para o risco de falência do setor financeiro, se a anistia for aprovada pela Constituinte. «E quem está preocupado com quem produz nesta Nação? Quem tira o País da situação caótica? Não é o setor produtivo primário? Não são as empresas, não são as indústrias?», indagou, para lamentar: «Isso tudo pode ser destruído. Agora, o setor financeiro é intocável».